



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

RESOLUÇÃO N° 02/2014/CDP

Florianópolis, 05 de agosto de 2014.

O Presidente do Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas em exercício do Instituto Federal de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Regimento Geral do IFSC e pelo Regulamento Interno do Colegiado,

Considerando o disposto no art. 51, inciso IV, e nos arts. 60-A, 60-B, 60-D e 60-E da Lei Federal nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990;

Considerando o entendimento do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais, que através de sua Coordenação-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação das Normas evidenciou no Documento nº 04500.003473/2009-25, de 27 de março de 2009, a correlação da função/equiparação entre funções e cargos comissionados;

Considerando o disposto na Lei Complementar Promulgada nº 495, de 26 de janeiro de 2010, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Considerando o disposto na Nota Técnica nº 105/2013/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP, de 23 de abril de 2013;

Considerando o disposto na Orientação Normativa nº 10, de 24 de abril de 2013 da Secretaria de Gestão Pública do MPOG;

Considerando o disposto na Orientação Normativa nº 11, de 09 de setembro de 2013, da Secretaria de Gestão Pública do MPOG;

Considerando o disposto na Nota Técnica nº 99/2014/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP, de 07 de maio de 2014;

Considerando o disposto na Orientação Normativa nº 2, de 16 de maio de 2014, da Secretaria de Gestão Pública do MPOG;



Resolve:

Art.1º Estabelecer as regras e os procedimentos para a concessão de auxílio-moradia aos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

Art. 2º O auxílio-moradia consiste no ressarcimento das despesas comprovadamente realizadas pelo servidor com aluguel de moradia ou com meio de hospedagem administrado por empresa hoteleira.

Parágrafo único: O auxílio-moradia abrange apenas gastos com alojamento, não sendo indenizáveis as despesas de condomínio, energia, telefone, alimentação, bebidas, Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), taxas e outras despesas acessórias do aluguel ou da contratação da hospedagem.

Art. 3º O auxílio-moradia será concedido ao servidor que tenha se deslocado do local de residência ou de seu domicílio para ocupar cargo em comissão, níveis CD-1, CD-2, CD-3 e CD-4, desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – não exista imóvel funcional disponível para uso do servidor;

II – o cônjuge ou companheiro do servidor não ocupe imóvel funcional;

III – o servidor ou seu cônjuge ou companheiro não seja ou tenha sido, nos 12 (doze) meses que antecederam a sua nomeação, proprietário, promitente comprador, cessionário, ou promitente cessionário de imóvel na localidade em que se dará o exercício do cargo em comissão, incluída a hipótese de lote edificado;

IV – nenhuma outra pessoa que resida com o servidor receba auxílio-moradia, ou qualquer outra verba de idêntica natureza;

V – o local de residência ou domicílio do servidor, quando de sua nomeação, não se situe dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas, ou em áreas de controle integrado mantidas com países limítrofes, de acordo com a Lei Complementar Promulgada nº 495, de 26 de janeiro de 2010;



VI – o servidor não tenha sido domiciliado no Município onde for exercer o cargo em comissão, nos últimos 12 (doze) meses, desconsiderando-se prazo inferior a 60 (sessenta) dias dentro desse período;

VII – o deslocamento não tenha sido por força de lotação ou nomeação para cargo efetivo;

VIII – o deslocamento tenha ocorrido após 30 de junho de 2006.

~~Art. 4º No ato do requerimento, mediante processo instruído, o servidor deverá apresentar certidão negativa emitida pelo Cartório de Registro de Títulos e cartório de Registro de Imóveis do local onde for exercer o cargo em comissão, além da cópia do contrato de locação e um dos seguintes documentos a depender da modalidade de locação: (excluído pela Resolução nº 06/2015/CDP, de 28/05/2015)~~

~~Art. 4º No ato do requerimento, o servidor deverá declarar, sob as penas da lei, nos termos do Anexo, que cumpre todos os requisitos de que trata a Orientação Normativa nº 1, de 25 de março de 2015, publicada no D.O.U. de 26 de março de 2015 e que comunicará à unidade de gestão de pessoas do órgão ou entidade qualquer impedimento superveniente que acarrete a cessação da qualidade de beneficiário e anexar a essa Declaração a cópia do contrato de locação. (acrescido pela Resolução nº 06/2015/CDP, de 28/05/2015)~~

~~Art. 4-A O ressarcimento do auxílio-moradia será realizado em folha de pagamento posterior a do mês da apresentação do comprovante de pagamento das despesas realizadas pelo servidor, por meio de um dos seguintes documentos, a depender da modalidade de locação: (acrescido pela Resolução nº 06/2015/CDP, de 28/05/2015)~~

I – recibo emitido pelo locador do imóvel ou por seu procurador, ou, ainda, comprovante de depósito ou transferência eletrônica do aluguel para conta bancária indicada no contrato, desde que essa forma de pagamento seja prevista no contrato;

II – nota fiscal do estabelecimento hoteleiro;

III – boleto bancário autenticado ou acompanhado de comprovante de pagamento pelos meios eletrônicos disponíveis, e que permita relacionar o pagamento do contrato



vigente, com expressa referência ao seu número, de forma a garantir a lisura do processo.

§ 1º Na hipótese do contrato de locação, quando expirado o termo contratual inicial, mas automaticamente prorrogado nos termos da lei do inquilinato, poderá o próprio servidor, o locador, ou a imobiliária apresentar declaração expressa de prorrogação do contrato de locação.

§ 2º Nos meses seguintes ao do requerimento inicial, e para a comprovação da continuidade da relação ensejadora do pagamento do auxílio-moradia, quando expirado o termo contratual inicial, de que trata o § 1º, poderá o servidor comprovar a realização da despesa mediante a apresentação dos documentos relacionados nos incisos deste artigo.

§ 3º Para fins do disposto no *caput*, a Administração Pública, nos anos posteriores ao da concessão inicial do auxílio-moradia, aceitará declaração anual firmada pelo servidor de que cumpre os requisitos dispostos no art. 3º desta Resolução.

§ 4º Para fins do inciso VI do art. 3º, não será considerado o prazo no qual o servidor estava ocupando outro cargo em comissão dos níveis CD-1, CD-2, CD-3 e CD-4.

§ 5º Para fins desta Resolução, entende-se por domicílio o local onde o servidor público exerce permanentemente suas funções.

~~§ 6º O servidor prestará declaração, sob as penas da lei, no momento do requerimento, quanto ao cumprimento dos requisitos enumerados nos incisos do art. 3º desta Resolução. (excluído pela Resolução nº 06/2015/CDP de 28/05/2015)~~

Art. 5º O ressarcimento do auxílio-moradia será realizado no prazo de até 1 (um) mês após a comprovação das despesas realizadas pelo servidor.

Art. 6º É vedado o pagamento do auxílio-moradia ao servidor que, inicialmente, tenha se deslocado para ocupar cargos diferentes de CD-1, CD-2, CD-3 e CD-4 e que, posteriormente, venha a ser nomeado para um dos referidos cargos.



Art. 7º O valor mensal do auxílio-moradia é limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do cargo em comissão.

§ 1º O valor do auxílio-moradia não poderá superar 25% (vinte e cinco por cento) do subsídio do cargo de Ministro de Estado.

§ 2º Independente do valor do cargo em comissão, fica garantido a todos os que preencherem os requisitos o ressarcimento até o valor de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

§ 3º Em virtude do fato de o auxílio-moradia estar condicionado à comprovação das despesas pelo servidor, caso este venha a alugar imóvel cujo valor seja inferior ao estabelecido na norma, o ressarcimento será no valor efetivamente comprovado.

Art. 8º O ressarcimento a título de auxílio-moradia cessará quando o servidor:

- I – assinar termo de permissão de uso de imóvel funcional;
- II – recusar o uso do imóvel funcional colocado à sua disposição;
- III – desligar-se do órgão ou entidade por motivo de exoneração, destituição ou abandono do cargo em comissão que o habilitou à percepção do auxílio-moradia;
- IV – não atender algum dos requisitos previstos nos incisos do art. 3º desta Resolução;
- V – falecer, ou for declarado ausente;
- VI – adquirir imóvel no local para onde foi deslocado para exercer cargo em comissão de que trata o art. 3º desta Resolução;

§ 1º O disposto no *caput* não se aplica quando a recusa do uso do imóvel funcional se der em razão de o imóvel não estar em condições de uso, ou não atender a demanda de espaço do núcleo familiar do servidor.



§ 2º No caso de falecimento, exoneração, colocação de imóvel à disposição do servidor, observado o parágrafo anterior, ou aquisição de imóvel, o auxílio-moradia será concedido por 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência.

Art. 9º Será mantido o auxílio-moradia ao servidor que se afastar por motivo de licença para capacitação de que trata o art. 87, da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 10 Durante o período de impedimento de que trata a Medida Provisória nº 2.225-45, de 04 de setembro de 2001, não será concedido auxílio-moradia aos titulares de cargos em comissão níveis CD-1 e CD-2.

Art. 11 O ex-dirigente que esteve em exercício em Agência Reguladora, amparado pela Lei Federal nº 9.986, de 18 de julho de 2000, fará jus ao auxílio-moradia, durante o período de impedimento de que trata o art. 8º da referida Lei.

Parágrafo único. A concessão do auxílio-moradia cessará, na hipótese de o ex-dirigente (servidor público) optar pelo retorno ao seu cargo efetivo.

Art. 12 Caberá aos dirigentes de gestão de pessoas do IFSC, ao ordenador de despesas e ao servidor beneficiado observar a aplicação desta Resolução, bem como das normas que regulamentam o auxílio-moradia, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal.

Art. 13 As questões omissas serão tratadas pelo Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas (CDP).

Art. 14 Esta Resolução entra em vigor a partir de 06 de agosto de 2014.

Art. 15 Fica revogada a Resolução nº 17/2009/CRH/IFSC, de 31 de março de 2009.

Publique-se e Cumpra-se.

Oscar Silva Neto
Presidente, em exercício



ANEXO

REQUERIMENTO DE AUXÍLIO-MORADIA

1. DADOS DO SERVIDOR E DO CÔNJUGE/COMPANHEIRO

1.1 Dados do Servidor

Nome civil completo e sem abreviatura:

Nome social (Portaria MP/GM nº 233, de 18.05.2010, PNDH):

Matrícula SIAPE:

CPF:

RG:

E-mail:

Telefones com DDD: ()

Cargo efetivo (quando houver):

Cargo comissionado ou função de confiança:

Portaria de nomeação no cargo que ensejará o pagamento:

DOU:

1.1.1 Endereço Residencial

Endereço residencial completo:

CEP:

Cidade:

UF:

1.2 Dados do cônjuge ou companheiro (se for o caso)

Nome civil completo e sem abreviatura:

Nome social (Portaria MP/GM nº 233, de 18.05.2010, PNDH):

Matrícula SIAPE, se servidor
(a):

CPF:

RG:

2. REQUERIMENTO

Venho requerer a concessão de auxílio-moradia, com fulcro nos arts. 60-A a 60-E, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, referente ao aluguel de moradia ou meio de hospedagem.

() aluguel de moradia.

Nome ou razão social do locatário _____

CPF ou CNPJ _____

() meio de hospedagem administrado pela empresa hoteleira.

Nome da empresa _____

CPF/CNPJ _____

Endereço completo do imóvel:

Bairro:

Município:



CEP:	Cidade:	UF
Valor mensal inicial da locação/hospedagem em R\$:		
3. DECLARO QUE:		
3.1. sob as penas previstas no art. 299 do Código Penal e art. 132 da Lei n.º 8.112, de 1990, atendo a todos os requisitos legais para recebimento do auxílio-moradia, previstos nos arts. 60-A a 60-E, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990;		
3.2. estou ciente de que:		
- devo manter sempre atualizadas as informações acima, inclusive quanto à exoneração do cargo comissionado ou função de confiança, bem como quanto às alterações de contrato;		
- o pagamento do auxílio-moradia está condicionado à comprovação das respectivas despesas a serem ressarcidas, mensalmente, mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:		
a) recibo emitido pelo locador do imóvel ou por seu procurador, ou, ainda, comprovante de depósito ou transferência eletrônica do aluguel para conta bancária indicada no contrato, desde que essa forma de pagamento seja prevista no contrato;		
b) nota fiscal do estabelecimento hoteleiro; ou		
c) boleto bancário autenticado ou acompanhado de comprovante de pagamento pelos meios eletrônicos disponíveis, e que permita relacionar o pagamento ao contrato vigente.		
- tenho o dever legal de comunicar à Unidade de Gestão de Pessoas do respectivo órgão ou entidade, toda e qualquer situação que acarrete a perda da qualidade de beneficiário do auxílio-moradia.		
- o auxílio-moradia será empregado para o ressarcimento das despesas realizadas com aluguel de moradia ou com meio de hospedagem administrado por empresa hoteleira, abrangendo apenas gastos com alojamento.		
- não estão sendo indenizadas despesas de condomínio, energia, telefone, alimentação, bebidas, Imposto Predial e Territorial Urbano.		
- IPTU, taxas e outras despesas acessórias do aluguel ou da contratação de hospedagem.		
3.3 não ocupo imóvel funcional;		
3.4 meu cônjuge/companheiro não ocupa imóvel funcional;		
3.5 não sou ou fui, nos 12 (doze) meses que antecederam a minha nomeação, proprietário, promitente comprador, cessionário, ou promitente cessionário de imóvel na localidade em que se dará o exercício do cargo em comissão ou função de confiança, incluída a hipótese de lote edificado.		
3.6 meu cônjuge/companheiro não é ou foi, nos 12 (doze) meses que antecederam a minha nomeação, proprietário, promitente comprador, cessionário, ou promitente cessionário de imóvel na localidade em que se dará o exercício do cargo em comissão ou função de confiança, incluída a hipótese de lote edificado.		



3.7 nenhuma outra pessoa que comigo reside recebe auxílio-moradia, ou qualquer outra verba de idêntica natureza;

3.8 cumpro os demais requisitos previstos na Orientação Normativa nº 10, de 24 de abril de 2013.

3.9 recebi o auxílio-moradia em outro órgão: () sim, órgão: _____ () não
Portaria de nomeação: _____ DOU: _____ Portaria de exoneração: _____ DOU: _____

4. DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER ANEXADOS A ESTE REQUERIMENTO:

4.1 cópia do contrato de locação com firma reconhecida em cartório;

Local, Data e assinatura do servidor requerente.

LEGISLAÇÃO

Art. 60-A. O auxílio-moradia consiste no ressarcimento das despesas comprovadamente realizadas pelo servidor com aluguel de moradia ou com meio de hospedagem administrado por empresa hoteleira, no prazo de um mês após a comprovação da despesa pelo s e r v i d o r.

Art. 60-B. Conceder-se-á auxílio-moradia ao servidor se atendidos os seguintes requisitos:

I - não exista imóvel funcional disponível para uso pelo servidor;

II - o cônjuge ou companheiro do servidor não ocupe imóvel funcional;

III - o servidor ou seu cônjuge ou companheiro não seja ou tenha sido proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário de imóvel no Município aonde for exercer o cargo, incluída a hipótese de lote edificado sem averbação de construção, nos doze meses que antecederem a sua nomeação;

IV - nenhuma outra pessoa que resida com o servidor receba auxílio-moradia;

V - o servidor tenha se mudado do local de residência para ocupar cargo em comissão ou função de confiança do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 4, 5 e 6, de Natureza Especial, de Ministro de Estado ou equivalentes;

VI - o Município no qual assuma o cargo em comissão ou função de confiança não se enquadre nas hipóteses do art. 58, § 3º, em relação ao local de residência ou domicílio do servidor;

VII - o servidor não tenha sido domiciliado ou tenha residido no Município, nos últimos doze meses, aonde for exercer o cargo em comissão ou função de confiança, desconsiderando-se prazo inferior a sessenta dias dentro desse período; e (Incluído pela Lei nº 11.355, de 2006)

VIII - o deslocamento não tenha sido por força de alteração de lotação ou nomeação para cargo efetivo. (Incluído pela Lei Nº 11.355, de 2006)

IX - (Vide Medida Provisória nº 341, de 2006).

IX - o deslocamento tenha ocorrido após 30 de junho de 2006.

Parágrafo único. Para fins do inciso VII, não será considerado o prazo no qual o servidor estava ocupando outro cargo em comissão relacionado no inciso V. (Incluído pela Lei nº 11.355, de 2006)

Art. 60-C. Revogado.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Art. 60-D. O valor mensal do auxílio-moradia é limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do cargo em comissão, função comissionada ou cargo de Ministro de Estado ocupado. (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)

§ 1o O valor do auxílio-moradia não poderá superar 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração de Ministro de Estado. (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)

§ 2o Independentemente do valor do cargo em comissão ou função comissionada, fica garantido a todos os que preencherem os requisitos o ressarcimento até o valor de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais). (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)

Art. 60-E. No caso de falecimento, exoneração, colocação de imóvel funcional à disposição do servidor ou aquisição de imóvel, o auxílio-moradia continuará sendo pago por um mês. (Incluído pela Lei nº 11.355, de 2006)